

uma obra importante e lhe disséssemos que dentro de dois meses êle estaria sujeito a um nôvo contrato, e ao fim de seis meses deveria desocupar o cargo. (17) Nem se constroem muitos edifícios quando o verdadeiro poder de decisão e a verdadeira autoridade estiverem nas mãos de uma comissão. Mesmo sem as 'girafas' (18) já existem problemas suficientes na educação superior.

Esta é uma posição "não democrática" se vista por determinados ângulos. A concessão de autoridade e a delegação de poderes para tomar e executar decisões representa um compromisso com o que há de fundamental na democracia, na qual cada eleitor participa igualmente em cada decisão. O problema da delegação adequada de autoridade e da proteção contra a usurpação do poder e da autoridade é um problema gêmeo da democracia. A exclusiva preocupação com êste último levará à mediocridade inerte.

Uma pergunta final nesta série de perguntas. Suponhamos que a Organização X é considerada deficiente, e que umas das razões para isso é que todos ou alguns de seus membros, tendo ou não tendo culpa, também são deficientes: incompetentes, sem base, não têm imaginação, são ociosos e muito ocupados com outros afazeres. Qual é o sentido de iniciar-se uma reforma que tem como principal fundamento não incomodar, de modo algum, todos os componentes atuais do sistema?

17) Neste exemplo os períodos de tempo são curtos porque uma construção física é muito menos complexa e exige muito menos tempo do que construir tôda uma universidade.

18) Um sábio, ao ver pela primeira vez uma girafa, comentou: "Parece que foi feita por uma comissão".

NO CENTENÁRIO DE OLIVEIRA LIMA (*)

LUIZ DELGADO

Falar em Oliveira Lima no ano, no mês, quase no dia em que se festeja o centenário do seu nascimento e fazê-lo em uma cerimônia em que a Universidade de sua terra natal celebra oficialmente o seu nome ilustre, não envolve apenas como conveniência e sugestão dar-se ao auditório uma noção tanto quanto possível exata e completa, de sua personalidade e sua obra: impõe-se como dever elementar. O objetivo natural de uma comemoração da espécie desta que aqui realizamos, é dizer quem foi, na unidade do seu caráter e na substância de sua carreira, o indivíduo em tórno de cuja lembrança uma entidade cultural de tamanho relêvo congrega uma reunião que só não é solene pela mancha de um duplo êrro na escolha do orador: ela, a errar, escolhendo, e êle, a errar, aceitando. Nem nos dispensaria de tal obrigação ostensiva o processo de abordar — mesmo a fundo — um aspecto da pessoa ou um episódio da ação: o que as circunstâncias requerem, é um perfil — quando não seja um retrato; de qualquer forma, uma apresentação real do personagem.

Como fazê-lo, porém, com relação ao pernambucano Manoel de Oliveira Lima?

Êle viveu em continentes diversos, na Europa, na Ásia e na América, desempenhando múltiplos papéis em complicadas questões. Realizou façanhas intelectuais e científicas como a de reabilitar a figura de D. João VI ou a de colocar sob uma luz nova a revolução de 1817. Participou dos grandes debates do seu tempo e chegou a levantar bandeiras que interessavam a tôda a humanidade. Onde quer que estivesse, fêz amigos que circulavam nos ambientes mais altos do mundo, louvando-lhe tanto a doçura no trato quanto a decisão nas atitudes, a bon-

(*) Conferência pronunciada na Faculdade de Direito, como parte das homenagens prestadas pela UFPe. à memória de Oliveira Lima.

dade e a altivês simultâneas, e fêz inimigos com os quais não cessou nunca de trocar golpes que, ao menos nas intenções, de um lado e de outro, deviam ser mortais... E muito ainda se poderia prolongar a enumeração das qualidades e dos gestos com que Oliveira Lima assinalava o seu caminho entre os contemporâneos, advertindo-os de sua presença não pela estatura física — segundo insinuariam adversários mordazes — mas pela estatura moral. Como reduzir semelhante homem às reduzidas dimensões de uma palestra de quarenta minutos — esquecidas, além disso, as outras deficiências que ela traz comigo, por vício de origem e de natureza?

Encontrava-me eu nesse embaraço quando me pareceu ter deparado um apoio, não (é claro) para narrar a vida ou analisar a bibliografia de Oliveira Lima, para dar uma idéia de suas lutas ou de seus escritos, mas para me colocar como numa elevação de onde fôsse possível contemplar tôda a paisagem em tórno, identificando-lhe a configuração e o relêvo.

Seria, essa elevação, o discurso que êle pronunciou em junho de 1903, em honra do patrono que escolhera para sua poltrona na Academia Brasileira de Letras.

A Academia fundara-se partindo de uma combinação de amigos que eram, todos, literatos de primeiro plano mas cuja designação dependera, por assim dizer, de convites mútuos. “A nossa formação não passará incólume — disse, no discurso oficial da inauguração, Joaquim Nabuco; seremos acusados de nos termos escolhido a nós mesmos”. No entanto, — perguntava êle — “como poderia ser evitada” essa escolha própria? E concluiu apenas que “qualquer pretexto é bom para nascer”. Reunidos assim os trinta primeiros fundadores, houve eleição, entre êles, de dez que faltavam para completar o quadro e neste segundo grupo é que surgiu o nome de Oliveira Lima que, constando embora da lista dos fundadores, foi, na verdade, um acadêmico eleito. Por essa época, havia êle escrito um primeiro livro *Pernambuco — seu desenvolvimento histórico* e por êsse motivo feito sócio do Instituto Histórico Brasileiro, organização bem mais prestigiada então do que a nascente Academia.

Todos os acadêmicos deveriam escolher um patrono para a sua cadeira e Oliveira Lima escolheu Francisco Adolfo de Varnhagen a quem o Império dera o título de Visconde de Por-

to Seguro para referir ao local geográfico do comêço da nossa história nacional a honra de quem foi chamado de fundador de nossa historiografia.

Pois bem: ao falar de Porto Seguro, Oliveira Lima faz como se estivesse mostrando a própria alma e o próprio destino.

Fala, com efeito, do patrono, advertindo-nos de que fôra “diplomata e homem de letras, mais presando esta qualidade do que aquela” (*Revista da Academia Brasileira de Letras*, Ano I, num 2, pág. 444) e dizendo-nos que a êle “a carreira diplomática ofereceu principalmente ensejo para indagações em arquivos e livrarias”. Afinal, “a diplomacia não se compõe só de negociações importantes, felizmente raras; o ramerrão é muito mais natural” (Id. pág. 461). Com referência à parcela de representação social implícita na carreira, Varnhagen — diz Oliveira Lima — “era por demais inteligente e bem educado para descurar essa parte necessária do ofício”; no entanto, o velho historiador tinha “qualidades negativas em diplomacia” na opinião do historiador mais nôvo, porquanto “era um impulsivo com rompantes de colérico e se deixava instigar por considerações de equidade e pundonor” (pág. 466). E eis o que, em seguimento a isso, Oliveira Lima nos diz: “para êle, a diplomacia não era a arte suprema de engolir desfeitas e disfarçar desaires. Achava-a compatível com a franqueza e a honestidade. Repugnava-lhe mentir mesmo por conta dos outros, e o que era justo não via bem por que se devesse ocultá-lo”. Seria de seu patrono ou de si mesmo que Oliveira Lima estava falando ao dizer essas coisas?

As citações até aqui feitas bastariam para deixar à vista as afinidades que levaram Oliveira Lima a escolher Francisco Adolfo para seu patrono, num gesto em que — segundo as suas próprias palavras — fazia “mais do que instintivamente recorrer a um modelo”: traduzia “uma impressão da primeira mocidade” (pág. 444), como se dissesse que reencontrava o próprio coração.

Diplomata e historiador, julgando-se talvez mais historiador do que diplomata porém exercitando ambas as atividades com a mesma plenitude do espírito, — Oliveira Lima estava a identificar-se, a reconhecer-se em Francisco Adolfo de Varnhagen.

É verdade que a Varnhagen êle julgou impulsivo com românticos de colérico e se nas brigas alheias punha, dêsse modo, um coeficiente temperamental, nas brigas em que se meteu — e foram muitas — achava que era movido apenas pelo amor à verdade...

Tal divergência de juízos vem documentada logo na primeira página das *Memórias* (Livraria José Olympio Editora, Rio, 1937), quando confessa que tem a pena acerada, mas acrescenta: “da minha pena posso, contudo, dizer que esteve sempre ao serviço de boas causas, que nunca se alugou, foi invariavelmente desinteressada quanto sincera e se, porventura, cometeu erros de apreciação porque é próprio do juízo humano falhar, bem os resgatou com as contrariedades que me trouxeram o culto da verdade e o desejo veemente da paz universal”.

Se o Visconde de Porto Seguro fôsse falar sôbre Oliveira Lima, quem sabe se os julgamentos não se inverteriam?... Afinal, o próprio de todo veemente é não deixar de ter justificação para suas veemências. Só nas lutas de que não participam, são capazes de reconhecer algum excesso de ardor pessoal acrescentado às causas reais do conflito, uma paixão a crescer do homem e não, do fato; a seus próprios olhos, são sempre exatos e justos, livres de impulsos e de cóleras...

Oliveira Lima não desvia a atenção muito depressa do ânimo combativo de Varnhagen e registra que ao seu patrono acadêmico não faltaram “aquelas birras literárias, aqueles melindres profissionais tão característicos e que nele deram lugar a conhecidas e instrutivas polêmicas — azêdas umas, urbanas a maior parte” (*Revista*, pág. 450). O que diz, então, do outro, poderia dizer de si mesmo: “não havia competidor que lhe inspirasse receio, nem sumidade que o fizesse recuar”. No entanto, “do ponto de vista literário”, acha Oliveira Lima que Varnhagen, como polemista, era *fraco*: “nada do sarcasmo cru de um Camilo, da ironia alada de um Otaviano” ou “sombra da ciência de escarnecer de Heine ou do penetrante talento motejador de Shopenhauer. A zombaria era-lhe estranha”.

Com isso, Oliveira Lima está a revelar-nos o modo como combatia.

Se, no seu diagnóstico, Varnhagen era enfadonho ao discutir, é que “exgotava a argumentação sem nunca fulminar o adversário com um raio de indignação ou submergi-lo numa tempestade de galhofa”. E não será exagerado concluir que, na opinião de Oliveira Lima, a arte da polêmica reclamava essa técnica. Confesso que não sei se Varnhagen deixava de praticá-la por virtude ou por feitiço, — e antes me inclino pela segunda hipótese; suponho, porém, que estava êle agora em boas condições para indagar do seu paraninfado se o puro amor à verdade e o sincero desejo de paz universal — a serem preconizados nas *Memórias* — encobriam e justificavam êsse gosto de destruir, essa vontade de ser implacável para que a polêmica seja perfeita...

Tomou um exemplo, sem procurar muito, num capítulo das *Memórias*, onde Oliveira Lima, assegurando que Rio Branco e Nabuco se equivaliam na ânsia de popularidade, marca distâncias entre os dois, admitindo que Nabuco, afinal, era um aristocrata, mas Rio Branco... E eis que Oliveira Lima desfere com a sua pena afiada um daqueles golpes rijos cuja falta lamentou em Varnhagen: “a Rio Branco não achou Afonso Arinos (...) outro avô senão um capitão de navio da Bahia. Ora, navios da Bahia, de longo curso, naquele tempo, andavam, pela certa, ocupados no tráfico de escravos. O visconde expiou com a sua lei o pecado paterno” (*Memórias*, pág. 204). A ligação assim estabelecida entre a generosa e sábia lei do ventre livre e a possível prática de uma atividade que a evolução dos sentimentos veio a fazer desabonadora, parece de mau gosto além de ser cruel. Note-se ainda que não era na exacerbação de uma disputa que Oliveira Lima a soltava pelo mundo, mas no frio lembrar de uma velha animosidade em face de um homem que teria os seus defeitos mas era realmente grande, que já morrera e de cujos ascendentes — nem ao menos dêle — eram as cinzas que se injuriavam agora.

Aquelas “reservas indispensáveis em todo estudo” a que Oliveira Lima aludiu a propósito de Varnhagen, creio que são imperiosas, muito mais imperiosas aqui. Não é possível acompanhá-lo ou, mesmo, ver apenas amor à verdade, no que êle escreveu sôbre Joaquim Nabuco, noutro exemplo: haveria

um pessoalismo desarrazoado, perturbando o sangue, aconselhando a destruição, o massacre.

Todos os amigos que Oliveira Lima (e êle os teve, muitos, no mundo inteiro, não apenas sinceros e devotados em face dêle mas altos e nobres em suas inteligências e em seus corações), todos os seus amigos se impressionaram, de certo modo, com a capacidade que êle tinha, de fazer inimigos também. Havia certo dualismo no seu gênio, que Rodrigo Otávio bem salienta: “era um temperamento calmo ou, pelo menos, que se sabia dominar; apesar das contrariedades da vida que lhe azedaram o sentimento, nunca o vi, na conversação, mostrar irritação e agastamento; antes, dava a impressão de levar tudo conformadamente e com bom humor. Entretanto, profundos ressentimentos lhe deviam minar o espírito” (*Minhas memórias dos outros*, última série, pág. 143).

Segundo o depoimento do conservador da sua biblioteca em Washington, a correspondência “prendia-o à sua mesa de trabalho quase o dia inteiro” (*Impressões da América Espanhola*, prefácio de Manoel de Souza Cardozo, pág. 28). Isso quer dizer que as suas amizades não eram superficiais, nascendo das circunstâncias ou da sugestão das presenças: vinham efetivamente do coração assim fiel aos vínculos que se havia criado pelos quatro cantos do mundo.

Numa dessas cartas, escrita a Coelho Neto, em 1909, tratava Oliveira Lima de outros assuntos quando a pena caminhou insensivelmente para um tema triste — o assassinato de Euclides da Cunha; o missivista apercebeu-se da mudança, retraiu-se e desculpou-se dizendo: “não o posso esquecer um instante” (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 78, pág. 137). Mas, o homem capaz de uma confiança dessas de um lado para o outro do oceano, era o mesmo que, representando o Brasil em determinada república, não se sentia impedido de escrever em artigo para os nossos jornais que o primeiro vice-presidente do país onde êle estava e servia, monopolizava “a venda e o consumo” do gado, “assim como as pescarias pertencem ao segundo vice”. E, além dos cargos, divulgava os nomes dos heróis... (*Impressões etc.*, pág. 146).

Assim era Oliveira Lima.

Compreende-se, portanto, o que dêle disse Gilberto Freyre: a sua personalidade “é das que repelem cuidados convencionais. É das que atraem as discussões e as críticas para saírem engrandecidas dêsses embates. Assim foi êle quando vivo. Assim deve continuar, no plano intelectual, depois de morto: um homem de atitudes e idéias provocantes” (*Impressões, etc.*, Introdução, pág. 7).

Sobretudo ao celebrarmos o centenário do seu nascimento, devemos lembrar-nos de que o culto de sua memória somente será digno dêle na medida em que respeitarmos a integralidade de sua pessoa, no que êle pensou, no que êle disse, no que êle fez — no que êle foi.

Aqui em Pernambuco nasceu êle e para aqui voltou sempre, como se fôsse para se restaurar em alguma fonte misteriosa. Nasceu aos 25 de dezembro de 1867 e aos sete anos seguiu para Portugal onde estudou e se diplomou, mas aqui é que veio buscar aquela que lhe seria, segundo sua própria palavra, “a melhor das esposas”. Aqui, também, quando encerrou a carreira de diplomata, veio confirmar a de escritor, até que as exigências da vida o levaram para morrer longe. Foi um bom pernambucano, sensível como nenhum outro às grandezas do nosso passado e atento aos debates do nosso presente. Na verdade, o que êle fez, quando já possuía um nome de prestígio mundial, foi participar de nossa existência cotidiana e andar pelas nossas ruas tomando partido em nossas questões. Era como se desvestisse a beca com que ensinava em cátedras famosas e o fardão com que comparecia aos palácios reais, para ser simplesmente um cidadão do nosso município. E aqui não lhe faltaram as modestas homenagens que estavam ao alcance de nossa cultura de província: foi sócio benemérito do Instituto Arqueológico a que prodigalizou a benemerência incomparável do seu saber, foi professor honoris-causa da Faculdade de Direito, foi o membro de mais relêvo da Academia Pernambucana de Letras, quando ela se restaurou, em 1920. Assinalou-se com uma placa de bronze a casa do seu nascimento e deu-se o seu nome à rua onde nasceu.

Ao proclamar-se a República e com as modificações ocorridas por êsse motivo em nosso serviço público, Oliveira Lima ingressou no corpo diplomático, figurando como secretário, su-

cessivamente, em nossas legações de Lisboa, de Berlim, de Washington e de Londres. Servia na Alemanha quando publicou seu primeiro livro, impresso em Leipzig, em 1894, traçando o desenvolvimento histórico de Pernambuco. Era, ao mesmo tempo, uma pública afirmação de amor à terra natal e uma demonstração de como semelhante amor, tratando-se de Pernambuco, poderia dar-se ao requinte de deixar de ser apenas sentimental ou instintivo, para ser crítico. Surgia um mestre em nossa historiografia, aplicando inteligentes e severos métodos de indagação e exposição. Assim o reconheceu o ilustre tribunal que sempre foi o Instituto Histórico Brasileiro, abrindo-lhe as portas antes de que êle completasse trinta anos de idade.

Em Londres, no comêço do século, o secretário Oliveira Lima passa a agir como encarregado de negócios e é com êsse nôvo título que se transfere para o Extremo-Oriente, indo servir no Japão.

O decênio entre 1894 quando edita o seu livro de estréia e 1904 quando é nomeado ministro no Peru, ficando, porém, a trabalhar no Rio de Janeiro, — é um período de intenso labor intelectual do eminente brasileiro cuja lembrança nos reúne aqui. Escreve sôbre os Estados Unidos e o Japão, contando o que viu nesses mundos que estão crescendo e, simultâneamente, estuda, do ponto de vista diplomático, os começos de nossa vida como nação independente — pois é com um livro sôbre *O Reconhecimento do Império* que êle inicia o século, em 1901. No entanto, êsse investigador de arquivos e leitor de papéis seculares faz questão de ser, por uma nova singularidade do temperamento, jornalista presente aos fatos da atualidade e, através de artigos para a imprensa, é que expõe idéias sôbre as reformas que julga imprescindíveis, de nossa representação no estrangeiro. Dentro de um mundo que se modifica, êle vê que a diplomacia já não pode continuar a ser apenas política, circulando entre conversas nos ministérios e recepções nas altas rodas: agora, a facilidade das comunicações diretas entre os povos, mistura as idéias e os interesses, e campos novos na economia e no pensamento e nas letras se abrem à ação dos diplomatas. Talvez quizesse êle institucionalizar oficialmente o que pessoalmente fazia, por fôrça da própria convicção que o levaria, depois, a se orgulhar tanto dos cursos e das conferências que

pronunciava, quanto das câmaras de comércio que fundava e dos aumentos de importação que promovia.

Em Venezuela onde aplaina questões de limites ou na Bélgica que transforma, um pouco, em ponto de irradiação para inaugurar cadeiras de estudos brasileiros na Sorbonne, discutir em congressos científicos em Genebra e Viena, divulgar a nossa cultura em Louvain, Liege, Bruxelas ou Stockolmo, Oliveira Lima é o embaixador do que o Brasil, não apenas como Estado mas como nacionalidade, possui de mais acabado e perfeito. Tanto que, em 1913, discursando no Senado, Rui Barbosa afirma, a respeito dêle, que, em nossa diplomacia, “é o maior lustre do nosso país, a nossa primeira representação atual no estrangeiro” (*Obras Completas*, vol. XL, tomo V, pág. 65).

O ano em que Rui Barbosa profere êsse julgamento, refletindo, aliás, uma opinião generalizada nos melhores círculos de muitas nações, vai conter o episódio famoso que leva Oliveira Lima a aposentar-se. Juntam-se as suas opiniões sôbre a paz universal que vai ser despedaçada e sôbre os benefícios que a monarquia trouxera à formação e ao progresso do Brasil, com as rivalidades da carreira, entre oficiais do mesmo ofício, e as intrigas partidárias entre políticos que procuravam engrandecer suas pendências invocando a salvação da República ameaçada pelo trono... Oliveira Lima não foi nomeado embaixador em Londres — o que era talvez seu sonho, depois de ótro que fracassara também, o de ser sucessor de Nabuco em Washington. O aborrecimento acrescentou-se à doença e êle aposentou-se.

Mas, aposentou-se o funcionário — não, o intelectual em cuja folhas de serviços figurava a façanha de haver reabilitado a fama de um rei.

Em 1908, Oliveira Lima publicara o livro que reputava ser sua obra principal — *Dom João VI no Brasil*. Com uma análise apurada e minuciosa, demonstrou o que significava para a nossa unidade, para a nossa organização e para o nosso destino a ação do monarca que, se veio para o Brasil sem querer muito, daqui só partiu obrigado e dilacerado, como se se apartasse da própria grandeza, triste por não adivinhar que a própria grandeza já estava, àquelas horas, construída e era indestrutível.

A obra intelectual de Oliveira Lima alarga-se em redor dêsse livro que é a sua culminância, variada, sugestiva e inteligente, difícil de resumir e, mesmo, de recensar. Êle foi encerrá-la nos Estados Unidos para onde partiu, deixando o Recife em agosto de 1920, e onde ficou até hoje — a princípio numa cátedra da Universidade Católica e, depois, desde março de 1928, num recanto do cemitério de Mount Olivet. Mas, no intervalo da aposentadoria solicitada ao escolhido exílio, uma grande parte dela foi efetivada aqui em Pernambuco onde êle escreveu os comentários ao livro de Muniz Tavares sobre a revolução de 1817, onde exerceu uma ampla atividade jornalística e onde redigiu, por certo, um bom pedaço dos importantes estudos que foram editados a partir de então, inclusive alguns que só o foram póstumamente. E nos anais desta Faculdade de Direito em cujo salão de honra nos encontramos hoje, há um acontecimento digno de ser lembrado: aqui Oliveira Lima proferiu as últimas palavras que disse de público no Brasil, antes de viajar para o outro hemisfério e a outra vida.

Foi poucos dias antes dêsse embarque definitivo. Uma juventude estudantil a quem não se havia ensinado que a velhice era desdouro e o saber e o renome eram desvalia, foi procurá-lo para que êle lhe dissesse — é o que leio no texto — “palavras de animação”. Êle preferiu dizer-lhe palavras de agradecimento mesmo porque “nestes quatro anos de residência na terra natal, encontrei junto a vós muita generosidade, muita bondade e muito carinho. Acreditai que levo desta casa verdadeiras saudades e que o meu coração vai cheio de reconhecimento”.

Assim falou o sinceríssimo Oliveira Lima a respeito da nossa Faculdade, despedindo-se de Pernambuco, quando os acadêmicos — assim se denominavam os universitários daqueles tempos — projetavam um encontro internacional de estudantes para início de uma vida nova depois das divisões e dos lutos da primeira Grande Guerra. E pregou-lhes então a harmonia do patriotismo com o universalismo asseverando que “o verdadeiro nacionalismo não deve consistir em organizar a destruição mas em organizar o afeto entre os povos. Cada qual deve organizar em redor de si a justiça e criar, ao lado da higiene dos corpos, a higiene dos espíritos”. Esclareceu: “o que eu cha-

mo de higiene dos espíritos é o cultivo do sentimento de dignidade, traduzindo-se em (...) dever cada um a sua elevação ao próprio esforço e não ao patrocínio alheio”.

Foram essas as palavras com que, neste recinto, Oliveira Lima coroou sua mensagem final às gerações moças do Brasil.

Aparecem-nos elas cada vez mais sublinhadas pela vida que êle viveu, à maneira que as distâncias do tempo nos permitiu ir descobrindo na mistura de suas qualidades pessoais, na evolução de seus pensamentos, na amplitude de sua atividade e nos episódios de sua carreira a unidade rica e harmoniosa do seu caráter. Como historiador revivendo os dias mortos, como jornalista discutindo os sucessos atuais, como diplomata preparando os caminhos do futuro, o que êle procurou sempre e por todos os meios dignos foi a afirmação da grandeza do homem. Segundo êle deu a entender na sua conferência de despedida, o essencial é que as nossas idéias e as nossas doutrinas — as nossas concepções (era a palavra que êle proferiu) se elevassem além de nossos individualismos e de nossos particularismos nacionais para merecerem, pela continuidade e pela universalidade, a nobre e alta classificação de humanas. “O que é verdadeiramente moral aqui, — assegurava — deve sê-lo ali, e hoje, como ontem e como amanhã. Se o conceito fôr passageiro, é sinal, mais do que de incoerência da opinião, da inconsistência do próprio conceito”. Reparai em que, com isso, êle afirmava a força do espírito humano, a sua capacidade de subir a princípios válidos no tempo e no espaço. Com isso, mostrava êle o que pensava a respeito do homem e em que bases sólidas colocava a conciliação da pátria e da humanidade.

Provara o seu amor à pátria servindo-a com um ânimo fiel, difundindo-lhe as grandezas, penetrando-lhe a história, dando consciência aos brasileiros dos sacrifícios, das energias, das decisões, da varonilidade que tinham sido postos nos alicerces da nação pelos homens que a haviam construído, angustiados por tôdas as crises, incertos do amanhã, mas esperançosos, firmes, heróicos. Provara, ao mesmo tempo, o seu amor a tôdas as pátrias, capacitando-se para escrever, na abertura de suas *Memórias*: “não me envergonho de ser pacifista à tout prix e de aspirar (nisto se cifra todo o meu lirismo) à dignidade de cidadão do mundo” (*Memórias*, pág. 5). Aliás, se conseguiu

ser um bom diplomata é que confiava nos entendimentos, nas negociações, conforme disse um dos seus panegiristas discursando *in memoriam* na International Association of Arts and Letters, James A. Robertson (*Memórias*, Apêndice, pág. 297).

O último gesto de sua vida acentuou tudo isso.

Gastara êle o que pudera (e o que não podia, talvez) na aquisição de uma biblioteca especializada e riquíssima em assuntos brasileiros. Não podendo levá-la para onde fôsse em suas transferências de pôsto, deixou-a em Londres. Mesmo quando morava aqui em Pernambuco, sua verdadeira oficina e seus instrumentos de trabalho permaneciam no outro lado do Atlântico, nem tinha êle recursos para os mandar buscar, instalando-os devidamente. A solução que êle encontrou para o problema e que muito debatida foi, não resultou somente da circunstância de a Universidade Católica de Washington lhe ter concedido uma cátedra: inspirou-se em um sonho que era velho, de servir à paz dos povos e ao entendimento das Américas. Êle aspirava fundar um instituto e uma revista que alongassem e alargassem a sua ação pessoal aproximando os países do nosso continente mediante o conhecimento exato do gênio de cada um e o mais rigoroso respeito a cada intransferível destino. Pelo seu desenvolvimento e pelas suas iniciativas, os Estados Unidos lhe pareciam o ambiente natural dêsse esforço cuja adequada agência devia ser a Universidade Católica pois a afinidade do sentimento religioso habilitava-a a compreender mais facilmente os povos americanos descendentes de Espanha e de Portugal.

Todos êsses sonhos, todos êsses empreendimentos, tôdas essas lições, tôdas essas coragens de pensar e de agir, estarão sepultados no túmulo de Manoel de Oliveira Lima, com êle? Ou será que podemos fazê-los renascer em nossas consciências alertadas pela evocação de uma tão nobre e nítida figura de brasileiro, nas comemorações do seu nascimento ocorrido há um século?

A ARQUITETURA NA FILOSOFIA DE SCHOPENHAUER (*)

IVALDO COUTINHO

A teoria da arquitetura exposta por Schopenhauer, como as outras explanadas por estetas e filósofos, se prende aos valores figurativos, sem nenhuma atenção aos valores espaciais, não obstante haja sido êle o autor da seguinte afirmação: “a arte arquitetônica se diferencia das artes plásticas e da poesia pelo fato de não ser uma cópia, e sim por nos proporcionar a coisa mesma; não reproduz, como aquelas, a Idéia conhecida, no decorrer da qual o artista empresta seus olhos ao espectador, senão que êle coloca o objeto diante dêste, facilita-lhe a compreensão da Idéia, fazendo com que o objetivo real individual expresse a sua própria essência de modo distinto a acabado”. Em face dêsse texto, nota-se que Schopenhauer esteve muito perto da concepção que tem no espaço interno o fundamental da arquitetura. A “coisa mesma”, a que se refere, é a realidade da extensão, seccionada pelo arquiteto e com os seus valores controlados artisticamente, nos têmos em que, a partir de 1914, com Geoffrey Scott, se fixam os dados de especulação estética em torno da arquitetura; mas, a influência da apreciação objetiva, ainda muito rigorosa à época da concorrência romântica, durante a qual êle escreveu *O Mundo como Vontade e Representação*, talvez tenha contribuído para que apenas ressaltasse aquêles elementos da visibilidade costumeira, deixando fora de seu esquema os de inefável condição, e que se combinam dentro do recinto arquitetônico.

A crítica de ontem e de hoje acêrca da estética de Schopenhauer se caracteriza pela dissociação que, do conjunto do sistema, fazem de uma de suas frações, dessarte mutilando o que o autor defendia como inatacável em seu pensamento: a

(*) Trecho do livro em preparo: *O Espaço da Arquitetura*.